



Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se no auditório da Secretaria de Educação, Juliane R. Fronzza (Representante do Planejamento Urbano), Michelle F. Lira da Rosa (Representante da Assistência Social), Clarice Mezzomo (Representante da Saúde), Tereza Santos da Silva (Representante da Pastoral da Criança), Márcia (Representante do IFC), Tathiana Ruivo Foresti (Representante do CMDCA), Lidiane Ninow (Representante do Lar Bom Pastor), Davi Duarte (Representante APOC), Daiane Vasconcelos (Representante APOC), Gabriel Quaresma (Representante da Secretaria de Educação), Dirce Nowak Vettori (Representante APAE), Fayola Daiane Bueno da Silva (Representante APECAM), Eder Maicon Lopes Garcia (Representante OAB), Ana Carolina Maran Figueiredo (Representante dos Conselhos Municipais), Rose Maria Figueiredo (Representante do Latarte). A reunião foi iniciada por Jéssica Zagoto, que informou que Rose solicitou que presidisse a reunião, tendo em vista que o Decreto do Conselho da pessoa com deficiência não teria sido publicado. Jéssica leu a ata da última reunião para todos os presentes, solicitando alterações. Gabriel solicitou sua inclusão na lista de presença e Tathiana solicitou alteração na ata, informou que na reunião esteve como Representante do CDMCA. Foi aprovada pelos presentes com a alteração. A APAE também questionou sobre algumas discussões envolvendo a instituição. Porém, informa que não esteve presente na última reunião. Nesse sentido, Dirce explicou como funciona o trabalho da APAE. Em seguida, Jéssica também explicou como funciona o trabalho da APAE, bem como a fila de espera da Regulação do SUS. Jéssica ressaltou sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado - AEE), que são atendidos crianças e estudantes matriculados no Ensino Regular que são atendidos no contraturno, na questão da AMA e como é procedido o atendimento com relação às filas de espera. Jéssica informou que a criança não pode ter atributos de matrícula por conta do Censo Escolar, vinculado ao Governo Federal (perante ao quantitativo de verbas), ou seja, gerar mais de uma matrícula em órgãos diferentes. Gisele informou que a AMA usa os mesmos procedimentos que as APAES usam. Jéssica diz que a fila da regulamentação é extensa. Em seguida, foi mencionado sobre o Projeto Família Acolhedora, projeto a ser apreciado pela Câmara de Vereadores. Ana explicou que o Projeto foi elaborado colocando como público alvo pessoas com deficiência, bem como as pessoas idosas. Porém, ainda será discutido entre a Secretária Andréia e as Presidentes de ambos os Conselhos. Em conversa com o Conselho CMDPD, foi decidido que esse Projeto precisa ser mais estudado, ainda não é o momento de ser aplicado em Camboriú/SC, pois precisa ser estruturado as pessoas que forem receber a pessoa idosa ou com deficiência devem passar por capacitação. Ainda, é um projeto que precisa ser fortalecido no Município. Em seguida, foi falado sobre o Decreto do Conselho que seria publicado, sendo realizada a leitura de todos os indicados. Anteriormente, conforme o regimento foi apontado a participação do Kadiz e Lar Bom Pastor, tendo sido indicado os membros e a representante do Lar Bom Pastor presente na reunião. Jéssica falou sobre a possibilidade de abertura de Edital para que demais entidades façam a documentação das instituições pretendidas. Nesse sentido, Rose expôs que é necessário alterar o regimento interno do Conselho, atualizar, não citar as entidades e abrir para que mais entidades possam compor o Conselho. Frisou sobre a ampliação de cadeiras dentro do Conselho. Falou ainda que tem que ser verificado via Procuradoria e Contabilidade a possibilidade de abertura de fundo. Michele, informou que a Contabilidade tem que verificar e sempre deve constar na previsão Orçamentária do Município. Michele informou que dia 10 de agosto terá uma audiência pública na Prefeitura para falar sobre os recursos do Município, uma oportunidade

para os Presidentes estarem presentes. Rose falou que o CMDCA está implantando o Edital de Chancela para captação de recursos e que o Conselho pode articular algo nesse sentido. Foi falado sobre a importância da criação de Calendário do Conselho, bem como as ações voltadas às pessoas com deficiência para divulgação. Ainda, foi ressaltado sobre a criação das Comissões de inscrição, publicações, dentre outras. Porém, Jéssica salientou que será verificado por Rose. A APAE informou que de 21 a 28 de novembro é considerado os dias da deficiência múltipla e intelectual. O Ifc, informou que no mês de agosto irá realizar evento voltado para as pessoas com deficiência, onde terão palestras, atrações culturais, convidando a todos. Jéssica falou a respeito da Conferência da Pessoa com Deficiência que ainda não tinha recebido a data da Conferência Estadual, explicando que a Conferência Municipal só pode ocorrer depois de ter sido realizada a Estadual. Após, foi falado acerca da possibilidade de participação de um Engenheiro do Planejamento Urbano na próxima reunião de Conselho, a fim de tratar sobre a pauta de Mobilidade Urbana. Todos os Conselheiros informaram que a Mobilidade Urbana no Município, deixa a desejar, principalmente para as pessoas deficientes. A Pastoral perguntou sobre as calçadas. Ana, informou que esse assunto pode ser trazido para o Conselho da cidade também, onde sempre tratam essas demandas de construções. Jéssica salientou que é muito importante a interação de outros Conselhos, pois às vezes as discussões das políticas públicas são as mesmas, a APAE, AMA e Lar Bom Pastor frisaram ter dificuldades na área da Saúde com as pessoas que sofrem deficiência. Relatou que é preciso renovar as receitas das crianças com urgência e por muitas vezes o Município não dispõe do profissional. Jéssica, trouxe um exemplo trazido para o Conselho de que uma criança estaria desde o mês de abril de 2023, sem receber a devida medicação, por não ter sido renovada a receita. A farmácia somente aceita a receita médica atualizada e a fila de espera para o atendimento por profissional é grande. Clarice ficou de repassar à Secretaria da Saúde os assuntos tratados na reunião de Conselho. Ana informou que em reunião do Conselho da Saúde a dificuldade do Município é contratar profissionais, pois a tabela SUS é um valor muito baixo. Assim, foi deliberado em Conselho para que o pagamento ocorra pela tabela AMFRI, para que o Profissional seja valorizado pelo serviço executado e tenham profissionais que se candidatem para trabalhar em Camboriú/SC, principalmente os especialistas. Foi falado sobre realizar um mapeamento das pessoas que têm deficiência em Camboriú/SC, sendo sugerido que seja realizado por meio da Saúde, pois a Educação não consegue mapear. Foi sugerido a realização de Fórum dos Conselhos, para interação e elaboração de propostas. Jéssica, disse que através do CMDPD, em outra ocasião foi realizado. Porém, houve pouca participação por parte dos demais. Jéssica informou sobre a importância de capacitação dos Conselheiros para que compreendam melhor o tema da pessoa com deficiência, as ações inclusive já executadas pelas entidades no Município. Foi encerrada a reunião, aguardando publicação do Decreto e alteração de regimento, ficando todos cientes de que a reunião ocorre sempre na primeira quarta feira, do mês, às 14h, na sede da Secretaria de Educação.

JÉSSICA ZAGOTO BESSA